

1. Informações Gerais

Data: 22/02/2024

Horário: 14h00

Local: híbrido- presencial/teams – sala F301

Participantes/Representantes:

- Dr. Gabriel Da Silveira Matos – Secretário de Estratégia e Projetos;
- Dr. Fábio César dos Santos Oliveira – Juiz Auxiliar da Presidência;
- Dra. Adriana Alves dos Santos Cruz – Secretária-Geral;
- Leila Mascarenhas – Assessora-Chefe do Gabinete da Presidência;
- Johaness Eck – Diretor-Geral
- Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
- Diogo Albuquerque Ferreira – Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD;
- Igor Tadeu Silva Vianna Stemler – Diretor técnico do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;
- Marina Brazil Bonani – Coordenadora de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais;
- Renata Chiarinelli Laurino – Diretora Executiva do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;
- Daniel Gerheim Souza Dias – Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO;
- Leonardo Lemes Rosa – Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação em substituição – DTI;
- Taciana Giesel Cuadros – Secretária de Comunicação Social – SCS;
- Eduardo Campos Gomes – Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade em substituição – SOF;
- Bruno Cesar de Oliveira Lopes – Secretário de Administração – SAD;
- Raquel Wanderley da Cunha Chaussê – Secretária de Gestão de Pessoas – SGP;
- Priscilla Valeria Gianini Santos – Assessora da Corregedoria Nacional de Justiça-CN;
- Pedro Souza Maurmo – Assessor do Gabinete da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos – CSAC;
- Ronaldo Araújo Pedron – Chefe de Gabinete da Ouvidoria – OUV;
- Lino Comelli Junior – Assessor-Chefe da Secretário de Auditoria – SAU;
- Cristina de Oliveira Winckler – Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP;
- Daniele Smidt Frischknecht – Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral – DAGI;
- Adilson Medeiros da Silva – Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ.

Facilitadores

- Dr. Gabriel Da Silveira Matos – Secretário de Estratégia e Projetos;
- Dr. Fábio César dos Santos Oliveira – Juiz Auxiliar da Presidência.

Equipe Técnica

- Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional;
- Verônica Fiuza Carvalho – Estagiária.

Plataforma Teams:

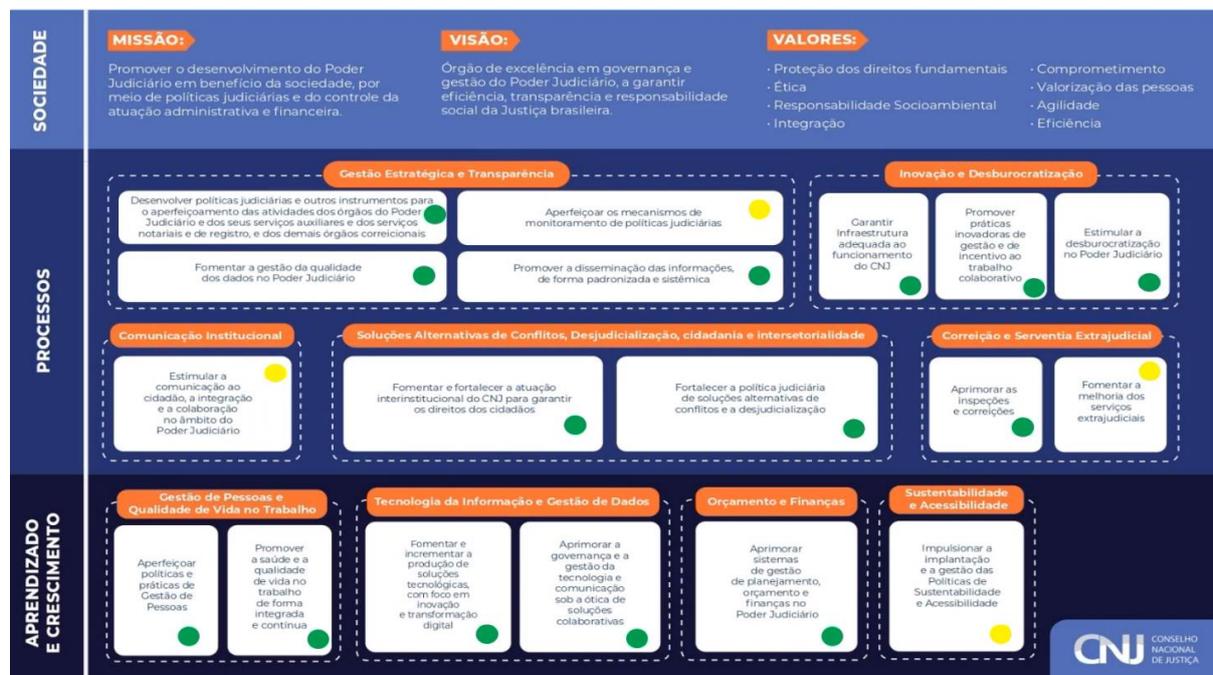
Bruno Anderson Batista Silva
Marinete Cardoso de Souza Santos
Érika Teixeira Guimarães
Patrícia Fernanda Pinheiro de Araújo
Leonardo Câmara Pereira Ribeiro
Eduarda Trigueiro Mendes de Carvalho
Igor Caires Machado
Michele Alves Silva
Rodrigo Miguel Sousa
Andrezza Paz Araújo Paiva
Priscila Schubert da Cunha Canto
Juliana Valeria Del Nero Poletti
Cristianna Duarte Fernandes Bittencourt
Caroline Costa de Araújo Alves
Saulo Augusto Félix de Araújo Serpa
Renata Marajo Stochiero
Jeane Dias Pinheiro
Priscila Alberti Leite
Dion Souto Villar Neto
Thais Oliveira de Sousa
Júlia Aguiar Coutinho Benedetti
Thainá Tosse Baêta Neves
Antonio Ferreira de Melo Filho
Fábio Lopes Fernandes Ramos
João Marcelo Esteves Lima
Juliana Almeida Costa Cronemberger

1. Abertura

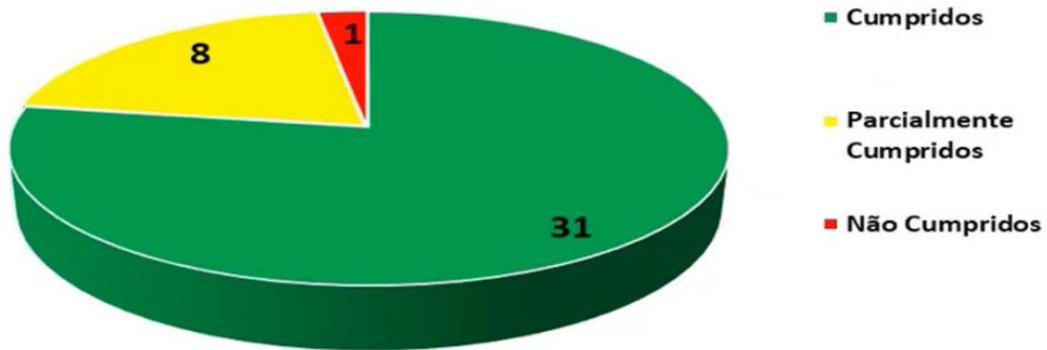
A reunião foi iniciada por Dr. Gabriel Matos, Secretário de Estratégia e Projetos, enfatizando a significância do encontro. Em seguida, Dr. Fábio César, Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do DGE, ressaltou a importância do momento como uma oportunidade única para conhecer o trabalho de cada setor, seus planos para o ano de 2024 e como colaborar mutuamente para a construção da estratégia.

2. Apresentações

Adilson Medeiros da Silva, Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ, apresentou o panorama geral dos resultados.

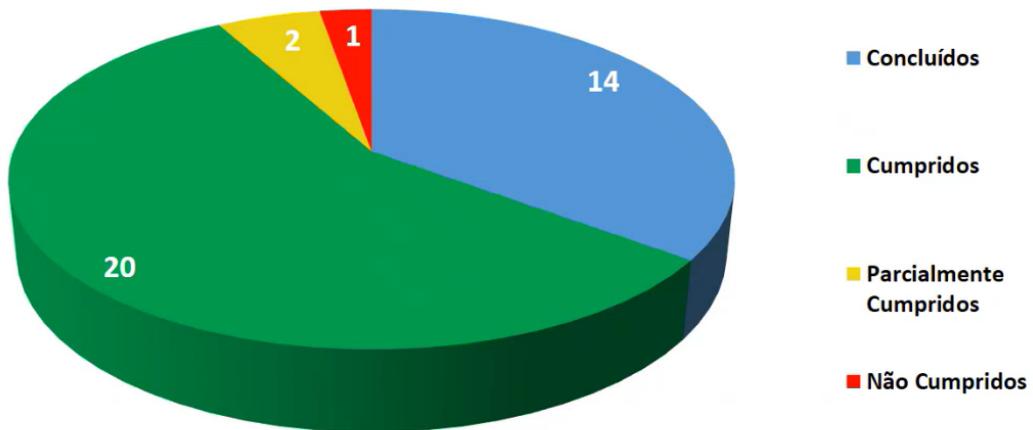


Panorama Geral dos Indicadores Estratégicos Dezembro de 2023



Total: 40

Panorama Geral dos Projetos Institucionais Dezembro de 2023



Total: 37

3. Apresentações

3.1 Secretaria de Estratégia e Projetos

Dr. Gabriel Matos apresentou a relação das principais ações da SEP previstas para 2024:

ÁREAS	PRINCIPAIS AÇÕES CONCRETAS - ATUALIZAÇÃO FEV/2024
PROGRAMA JUSTIÇA 4.0, ECP, DATAJAI, CODEX	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação do Escritório Corporativo de Projetos: criação do painel de acompanhamento integrado de todos programas e projetos institucionais do CNJ, para visão gerencial geral e percepção dos benefícios entregues a partir dos custos elevados do ECP assim integrado e acompanha todos os projetos institucionais do CNJ, criando memória institucional; • coordenação do Programa Justiça 4.0. Principais sistemas em desenvolvimento: Portal de Serviços, Domínio Judicial Eletrônico, ENMP 3.0, Automação das Execuções, Jus Prec, RPN/Precatórios, Banco Nacional de Precedentes, Pesquisa Nacional de Jurisprudência, Gabinete do Juiz, SNIPEP BC, SEEP Jud, Hecceia Jud, SISAUD, Codex e Data Lake.
COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, INFANTIL E AO TRÁFICO DE PESSOAS, IDOSO, TRINERÂNIA DA AMAZONIA, POP RUA JUD	<ul style="list-style-type: none"> • Combate ao trabalho escravo - divulgação do Seminário Direito Fundamental ao trabalho decente: caminhos para a erradicação do trabalho decente (TST/TRT4), de 26 a 28/02/2024 em Bento Gonçalves, aos membros do Comitê Regional do FOMTEI; • Pessoa Idosa - Instituição do comitê nacional da pessoa idosa, como previsto no art. 10, da Resolução 520/2023, com primeira reunião a ser realizada em março/2024; • Tráfico de pessoas na Amazônia - colaborando na parte afeta à Justiça do Trabalho para assinatura do Termo de Adesão pelos TRTs, 10, 11, 14 e 16; • Populha - participação em ações como no dia 02/02/2024 na abertura dos trabalhos do Comitê para o ano de 2024, quando foi apresentado o plano de ação em áreas como capacitação, cidadania, gestão de dados e mutuels.
CONFLITOS FUNDIÁRIOS, POP RUA JUD, CAUSAS COMPLEXAS, CONCILIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Auxílio na organização do Fórum Nacional das Comissões Fundiárias; • construção do projeto de auxílio em Demandas Complexas; • orientação das Comissões Fundiárias, apoio interinstitucional (INCRA, MDA, FUNAI, AGU) acompanhamento de operação em conflitos fundiários urbanos e rurais e capacitação dos tribunais; • Interdição com a Clínica de Mediação da Faculdade de Direito de Harvard.
DEG - GESTÃO ESTRATÉGICA, METAS, NORMAS	<ul style="list-style-type: none"> • Minutas de Portarias de Sustentabilidade e de Acessibilidade do CNJ; • Plano de Acompanhamento das Metas Nacionais; • Proposta do evento "Olhares sobre o futuro da Justiça Brasileira" - jornadas em comemoração aos 20 anos da Emenda Constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004.
JUSTIÇA RESTAURATIVA, ACESSIBILIDADE, ASSEDO	<ul style="list-style-type: none"> • 27.02 - Seminário de Justiça Restaurativa no Tribunal Superior do Trabalho introdução da Justiça Restaurativa no TST (na sequência será oferecida formação teórica, com vagas para o CNJ); • 28.02 - Projeto Ombuds para Dentro: Oferecimento de Ciclos de Construção de Paz (metodologia da Justiça Restaurativa) para trabalhar a ambientação institucional. A partir dessa data estão previstos Ciclos quinzenais; • Justiça Restaurativa na Educação: Agendamentos calendário do MEC para elevação dos próximos passos do ACT - Justiça Restaurativa na Educação. A primeira sensibilização foi realizada ainda em dezembro a pedido do MEC. • Acessibilidade: Está sendo organizada a nova composição do Comitê de Acessibilidade; • Projeto de Seminário estimado para o mês de maio.
EXECUÇÃO FISCAL, SISAUD, BENSUD, INFOJUD	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de minutas para discussões e concepções de: <ul style="list-style-type: none"> a) uso obrigatório no Sisaud, Hecceia e demais sistemas de busca de pesquisa de dados e de construção de bens disponibilizados pelo CNJ; b) implementação e nova composição da Rede da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário (Res. CN 471/2022); c) Nota Técnica quanto ao PL 2284/2022 (desjudicialização); d) criação do Fórum Nacional de Juizes de Execução Fiscal e de Varas de Fazenda Pública; e) nova composição e atribuições do Comitê Gestor do Sisaud. • Articulações para formulações de: <ul style="list-style-type: none"> a) acordo com TST e Município de São Paulo (possível extinção de, no mínimo, 250 mil processos); b) acordo com TST e GDP (possível extinção de, no mínimo, 92 mil processos); c) acordo com TBA (já celebrado, em acompanhamento - iminente extinção de 49 mil execuções, por ocasião do cumprimento da 1ª fase); d) acordo com TCE (já celebrado, em acompanhamento - cumprimento de 67% do objeto do acordo, com 55% de extinção do acervo de executivos fiscais municipais de Fortaleza; iminente extinção de 7 mil execuções, totalizando, ao final, cerca de 53 mil processos); e) novos atos com a PGRN para alteração da Portaria Conjunta 7 (TRF) para desistência de execuções fiscais contra massas falidas; nova portaria conjunta com Tis para extinção de execuções fiscais da FN ainda em tramitação nas Justiças Estaduais; análise da viabilidade de implementação dos protocolos de execução relativos ao TCT (CNJ/PGRN, 052/2022); f) proposição de metas nacionais específicas para a execução fiscal para o ano de 2025; g) implementação e sistematização do "Prêmio Eficiência Tributária" (Res. CNJ 471/2022), com entrega de referida premiação por ocasião do 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário; h) consolidação dos dados da Semana Nacional da Autocomposição Tributária, que ocorreu de 11 a 15/12/2023, com vistas à organização de sua segunda edição, no segundo semestre de 2024; i) acompanhamento e gestão regional do projeto de Automação da Execução Fiscal; j) acompanhamento e gestão regional do projeto de Automação da Execução Fiscal; k) proposições de aperfeiçoamento gerencial do Sisaud (baixa aderência) para o ano de 2024, como melhorias nos painéis de BI, tutoriais e capacitação, para além de novas funcionalidades, especialmente quando da entrega, em junho de 2025, no novo Snipec BC - integrado à nova arquitetura de programação do Sisaud.
DPF - PESQUISAS, PREVIDENCIÁRIO, SUSTENTABILIDADE, TRINERÂNIA, AMBIENTAL, INDIGENAS E INOVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Construção do módulo de perícias e implantação, nos TRTs, do serviço de intimação judicial do INSS no sistema Prejud (JUNHO/2024); • redação de minuta de proposta de norma para instituir o Prêmio de Inovação e o Plano de Inovação do PI validados pelo Comitê Gestor, Rede de Governança e inovação; • elaboração da próxima edição da Itinerância na Amazônia (previsto JUNHO/2024); • suporte na organização do Observatório do Meio Ambiente.
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E CONTRA A MULHER	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação para elaboração ACT CNJ, CNMP, Min. das Mulheres e MSP para implementação nacional do sistema Formulário Nacional de Análise de Risco a ser preenchido pelas Polícias, MP ou Judiciário num só sistema via PDPJ (colhidos via SINESP ou pelos sistemas processuais do judiciário). Negociação final das cláusulas com previsão assinatura versos de 19/03; • Agênis da mulher para o mês de março/2024; a) construção de uma página da mulher no site do CNJ; b) lançamento de concurso de sentenças com perspectiva de gênero já constantes no banco já lançado em dezembro; • Construção de diretrizes acadêmicas minutas para capacitações sobre o protocolo de julgamento com perspectiva de gênero
INFÂNCIA PROTEGIDA	<ul style="list-style-type: none"> • Pacto Nacional da Escuta Protegida: Fluxo e Capacitação em Depoimento Especial; • Pacto Nacional pela Primeira Infância: Programa Diversidade das Primeiras Infâncias; • Seminário Internacional Comemorativo dos 5 anos; Lançamento do Projeto Democracia começa na Infância; • Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância; • Campanhas: Busca Ativa Entrega Protegida para Adoção; Adoção é Amor; Adoções por pessoas homoafetivas; Se Renda à Infância - 4ª edição; Criança e Prioridade Absoluta (parceria com Instituto Alana); • entendido da Declaração dos Direitos da Criança; • lançamento da Recomendação conjunta de Serviços de Família Acolhedora; • Prêmio Prioridade Absoluta - 4ª edição; • lançamento do Compêndio sobre Direitos da Criança e do Adolescente; • estudos para uma Resolução sobre a aplicação da Lei de Alienação Parental.
PRECATÓRIOS/RPN, PANGELA, BOLSA PARA COTAS RACIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação de ações para criação do Sistema Nacional de Precatórios/RPN, em parceria com o PNUD e o TRT 8º Região (Para/Amapa)/CST, TMA e TRT 1ª Região; • tratativas para elaboração de ACT entre os centros de formação de servidores: CEAUJ/CNJ, CEJuc-IT, EJE/TSJ; ENAJUM e CEFOR do STJ para compartilhamento de cursos e promoção de produção de eventos em conjunto; • tratativas para elaboração de ACT para intercâmbio de capacitação entre os centros de formações de servidores da ENAP e ESMFU para compartilhamento de cursos e promoção de produção de eventos em conjunto; • elaboração de calendário de ações formativas a serem realizadas pelo CEAUJ/CNJ; • customização do site do CEAUJ/CNJ para se tornar mais acessível ao público interno e externo; • formalização de rede de ensino entre os centros de formação entre os signatários do acordo de cooperação técnica para fins de compartilhamento de cursos e promoção de produção de eventos em conjunto; • levantamento de cursos na base de dados do CEAUJ/CNJ, a fim de verificar quais podem ser retomados na plataforma digital; • recadastramento do banco de docentes e de demandas de formação.

Em seguida, apresentou o cronograma dos principais sistemas em produção no CNJ e as datas previstas para suas entregas, organizados de acordo com as prioridades da atual gestão.

SISTEMAS	OBJETO	PROGRAMAÇÃO DAS ENTREGAS	
		ATÉ NOVEMBRO 2024	ATÉ JULHO DE 2025
Portal de Serviços do Poder Judiciário	Sistema de acesso único para atores externos aos sistemas de processo eletrônico do Poder Judiciário para os seguintes serviços: petição inicial, petição intercorrente, comunicação processual e consulta processual autêntica.	Ambiente do Portal, consulta nacional, particionamento intercorrente, intimação e citação (Domicílio Eletrônico), consulta ao SBN (Sistema de Justiça Nacional), Sistema Nacional de Adoção e Sistema Nacional de Gestão de Bens.	Particionamento inicial, BNMP 3.0 e SEUJ.
Portal de Serviços Internos do Poder Judiciário	Sistema de comunicação processual entre os sistemas de processo eletrônico do Poder Judiciário para os seguintes serviços: declínio de competência, ofícios e cartas precatórias.	Acesso unificado por juizes e servidores a todos os sistemas processuais integrados.	Ambiente para a efetivação integrada de declínio de competência, envio de ofícios e cartas precatórias.
Domicílio Judicial Eletrônico	Sistema que obrigatoriamente permite a criação e a intimação eletrônica de entidades do Sistema Financeiro Nacional, pessoas jurídicas de direito privado, pessoas jurídicas de direito público e pessoas físicas (opcionais).	Até maio/2024, utilização obrigatória para todas as pessoas jurídicas de direito privado de grande e médio porte; até dezembro/2024 todas as de direito público.	Oferta do serviço a todas as pessoas físicas.
PrevJud	Solução para automação de acesso às bases de dados do INQ bem como acesso do INQ às decisões judiciais para cumprimento.	Comunicação total entre NDS e Judiciário.	
Jus-Proc - RPV/Precatórios	Sistema nacional unificado de gestão de RPVs e precatórios.	Junho/2024 - desenvolvimento do produto mínimo viável (preenchimento do formulário padrão de atas requisitórias e fls.).	Entrega do sistema completo em setembro/2025.
BNMP 3.0	Desenvolvimento do novo Banco Nacional de Medidas Penais e Proibidas.	Entrada em execução em maio/2024.	Integração com o Portal de Serviços.
Gabinete do Juiz	Sistema destinado à gestão administrativa e judicial de unidades judiciais, diretores e magistrados, diretores de secretaria e chefes de gabinete.	Entrada em execução em julho/2024 com o piloto do PJe.	Entrada em funcionamento no PJe e no PGRJ.
Códex e Distalite	Sustentação dos dados (caga e conteúdo de todos os processos do Brasil) via migração de dados e estruturação compartilhada de Códex/Distalite para STJ e TST/CSJF.	Até novembro/2024 a depender da velocidade da adesão dos tribunais.	
SESP-Jud	Em parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça convida de todos os serviços dos órgãos executivos na PGRJ de um sistema único criado pelo OJSESP.	Entrega até setembro/2024.	
Banco Nacional de Precedentes e Pesquisa Nacional de Jurisprudência	Suporte de jurisprudência por inteligência artificial a partir de precedentes qualificados, ortodoxidade de tribunal e jurisprudência local.		Entrega em julho/2025.
Automação Execução	Realização e automação do fluxo processual da execução fiscal no sistema de processo judicial eletrônico.		Implantação do fluxo de execução fiscal no PJe.

Sisep BC	Automação dos processos patrimoniais, preenchimento de cadastros e emissão de estatutos positivos ou negativos em SISARAJ, RENAJUD, RECEITAUD e SERP-Jud.		Entrada em funcionamento em julho/2025.
RENAJUD	Criação do módulo nacional de penhora e habilitação.		Entrada em funcionamento em julho/2025.
RECEITAUD	Modernização do antigo INFOSUD (acesso à Receita) conforme novas regras negociadas da PJe com adaptação para boletins automatizados.		Entrada em funcionamento em julho/2025.
SISARAJ	Perfuração do SISARAJ (acesso ao sistema bancário) permitindo rotinas automatizadas, geração de dados históricos, melhoria de estrutura de códigos e criação de permissão de consultas automatizadas.		Entrada em funcionamento em julho/2025.
SNA	Sistema Nacional de Adoção e Arcafileamento de crianças e adolescentes.		Aprimoramento do sistema por meio da aplicação de mecanismos de inovação do Poder Judiciário de forma a assegurar o direito à convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes, pautando-se no melhor interesse da criança e na doutrina da proteção integral prevista na CF e no ECA.

3.2 Diretoria-Geral

Dr. Johanness Eck, Diretor-Geral, resumiu quatro iniciativas principais para 2024, destacando, na segunda, que apareceu uma nova oportunidade para aquisição da sede em 2024 ou 2025.

PRINCIPAIS AÇÕES DA DIRETORIA-GERAL PARA 2024
- Coordenação do 2º Concurso Público do CNJ e posse de 35 novos servidores até o fim do ano;
- Coordenação da aquisição do edifício sede do CNJ;
- Suporte à gestão de projetos das unidades vinculadas à DG: Sigeo; e Sistema de Gestão de Pessoas;
- Gestão de riscos nas unidades da DG e implementação/aprimoramento de controles.

3.3 Secretaria-Geral

Dra. Adriana Alves dos Santos, Secretária-Geral, apresentou o "Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples", que compreende cinco eixos e informou que estão sendo elaboradas ações concretas para implementar cada um desses eixos.

Ressaltou, no quinto eixo, o desenvolvimento de uma rede entre os setores de comunicação dos tribunais.

Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples

Ações, iniciativas e projetos em todos os segmentos da Justiça e graus de jurisdição, com o objetivo de adotar linguagem simples, direta e compreensível a todas as pessoas na produção das decisões judiciais e na comunicação geral com a sociedade.

A linguagem simples também pressupõe acessibilidade: os tribunais devem aprimorar formas de inclusão, com uso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e audiodescrição ou outras ferramentas similares, sempre que possível.

Pontos focais na SG: Secretária Geral Adriana Cruz, Juíza Auxiliar Karen Luise, assessoras Natália Dino e Karina Murta



Anunciado pelo Presidente Ministro Luís Roberto Barroso em dezembro de 2023 no 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário

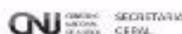
As adesões dos Tribunais ao Pacto estão sendo formalizadas por meio de Acordos de Cooperação Técnica: 44 adesões até o momento

(Continua no próximo slide)

Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples

Eixo 1 - Simplificação da Linguagem dos Documentos

- a) fomento ao uso de linguagem simples e direta nos documentos judiciais, sem expressões técnicas desnecessárias;
- b) criação de manuais e guias para orientar cidadãos e cidadãs sobre o significado das expressões técnicas indispensáveis nos textos jurídicos.



- Eixo 1** - Simplificação da Linguagem dos Documentos
- Eixo 2** - Brevidade nas Comunicações
- Eixo 3** - Educação, Conscientização e Capacitação
- Eixo 4** - Tecnologia da Informação
- Eixo 5** - Articulação Interinstitucional e Social

(Continua no próximo slide)

Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples

Eixo 2 - Brevidade nas Comunicações:

- a) incentivo à utilização de versões resumidas de votos nas sessões de julgamento, sem prejuízo da juntada de versão integral nos processos judiciais;
- b) incentivo à brevidade de pronunciamentos nos eventos do Poder Judiciário, com capacitação específica para comunicações orais;
- c) criação de protocolos para eventos que evitem formalidades excessivas.



Eixo 1 - Simplificação da Linguagem dos Documentos

Eixo 2 - Brevidade nas Comunicações

Eixo 3 - Educação, Conscientização e Capacitação

Eixo 4 - Tecnologia da Informação

Eixo 5 - Articulação Interinstitucional e Social

(Continua no próximo slide)

Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples

Eixo 3 - Educação, Conscientização e Capacitação:

- a) formação inicial e continuada de magistrados (as) e servidores (as) para elaboração de textos em linguagem simples e acessível à sociedade;
- b) promoção de campanhas de amplo alcance de conscientização sobre a importância do acesso à justiça de forma compreensível.



Eixo 1 - Simplificação da Linguagem dos Documentos

Eixo 2 - Brevidade nas Comunicações

Eixo 3 - Educação, Conscientização e Capacitação

Eixo 4 - Tecnologia da Informação

Eixo 5 - Articulação Interinstitucional e Social

(Continua no próximo slide)

Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples

Eixo 4 - Tecnologia da Informação:

- a) desenvolvimento de plataformas com interfaces intuitivas e informações claras;
- b) utilização de recursos de áudio, vídeos explicativos e traduções para facilitar a compreensão dos documentos e das informações do Poder Judiciário.



- Eixo 1** - Simplificação da Linguagem dos Documentos
- Eixo 2** - Brevidade nas Comunicações
- Eixo 3** - Educação, Conscientização e Capacitação
- Eixo 4** - Tecnologia da Informação
- Eixo 5** - Articulação Interinstitucional e Social

(Continua no próximo slide)

Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples

Eixo 5 - Articulação Interinstitucional e Social

- a) fomento da colaboração da sociedade civil, das instituições governamentais ou não, e da academia, para promover a linguagem simples em documentos;
- b) criação de uma rede de defesa dos direitos de acesso à justiça por meio da comunicação simples e clara;
- c) compartilhamento de boas práticas e recursos de linguagem simples;
- d) criação de programas de treinamento conjunto de servidores e servidoras para incentivar o uso da comunicação simples, acessível e direta;
- e) estabelecimento de parcerias com universidades, veículos de comunicação ou influenciadores digitais para cooperação técnica e desenvolvimento de protocolos de simplificação da linguagem.



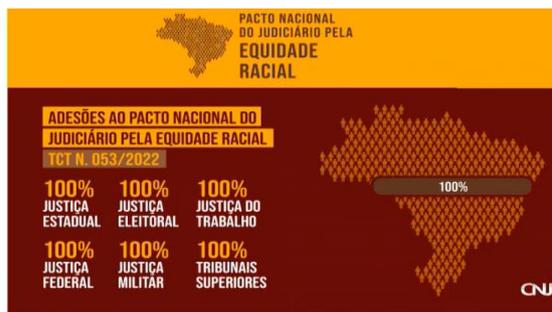
- Eixo 1** - Simplificação da Linguagem dos Documentos
- Eixo 2** - Brevidade nas Comunicações
- Eixo 3** - Educação, Conscientização e Capacitação
- Eixo 4** - Tecnologia da Informação
- Eixo 5** - Articulação Interinstitucional e Social

Ato contínuo, abordou o "Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial", que adota uma abordagem tanto interna quanto externa, sendo dividido em quatro eixos principais.

Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial

Programas, projetos e iniciativas a serem desenvolvidas em todos os segmentos da Justiça e em todos os graus de jurisdição, com o objetivo de combater e corrigir as desigualdades raciais, por meio de **medidas afirmativas, compensatórias e reparatórias**, para eliminação do racismo estrutural no âmbito do Poder Judiciário.

Objetivo central: fortalecimento de uma cultura pela equidade racial no Poder Judiciário, a partir de um agir consciente, intencional e responsável, visando à desarticulação do racismo estrutural por meio da adoção de medidas específicas e concretas, de caráter temporário, que assegurem a representação e o desenvolvimento de grupos raciais historicamente privados de condições de igualdade de oportunidades.



Pontos focais na SG:

Juíza Auxiliar Karen Luise e assessora Natália Dino

(Continua no próximo slide)



Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial

O Pacto está estruturado em 4 Eixos de atuação

Eixo 1 – Promoção da equidade racial no Poder Judiciário

- Fomento à representatividade racial no Judiciário;
- Regulamentação de Comissões de Heteroidentificação nos Tribunais;

Eixo 2 – Desarticulação do racismo institucional

- Formação inicial e continuada de magistrados em questões raciais;
- Ações de prevenção e combate à discriminação racial no âmbito do Judiciário;

Eixo 3 – Sistematização dos dados raciais do Poder Judiciário

- Aperfeiçoamento da gestão dos bancos de dados visando à devida e necessária implementação de políticas públicas judiciárias de equidade racial baseadas em evidências.

Eixo 4 – Articulação interinstitucional e social para a garantia de cultura antirracista na atuação do Poder Judiciário

- Adoção e compartilhamento de práticas e ações voltadas à correção das desigualdades raciais, ampliando a capacidade do Poder Judiciário de diálogo com os demais órgãos do Sistema de Justiça e de interlocução com os movimentos sociais organizados.

Na sequência, destacou o "Programa CNJ de Bolsas para Ingresso de Pessoas Negras e Indígenas na Magistratura". Pontuou que a Fundação Getúlio Vargas será responsável pelo credenciamento dos cursos disponíveis para as bolsas, além de realizar a captação de recursos necessários para o programa.

Programa CNJ de bolsas para ingresso de pessoas negras e indígenas na Magistratura

Promoção da diversidade étnico-racial na magistratura ao oferecer apoio financeiro, educacional e psicológico para candidatas(as) negras(as) e indígenas, viabilizando sua aprovação nos concursos para ingresso na carreira.

Celebrado ACT com a Fundação Getúlio Vargas em 20/02/2024.

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA SECRETARIA GERAL



Auxílio de Manutenção

Custeio de despesas relacionadas à aquisição de material bibliográfico, contratação de professoras(es) e acesso a cursos preparatórios para provas específicas previstas nos certames, além de alimentação, transporte e moradia.

Auxílio para Estudo

Vagas em cursos preparatórios para concurso de ingresso na magistratura, incluído o Exame Nacional, assegurando aos candidatos selecionados gratuidade na mensalidade durante o prazo de duração do curso.

Pontos focais na SG:

Juíza Auxiliar Karen Luise e assessora Natália Dino

Em seguida, explicou sobre a "Cooperação Técnica Internacional com PNUD - Direitos Humanos - BRA/23/027", que está em sua fase inicial. A previsão é que até abril/maio, a seleção esteja consolidada para que então possam iniciar o planejamento dos projetos a serem desenvolvidos. Este programa é dividido em vários eixos.

Cooperação Técnica Internacional com PNUD - Direitos Humanos - BRA/23/027

Projeto "Fortalecimento de capacidades do Poder Judiciário para promoção de direitos humanos".

Desenvolver estratégias e subsídios para o fortalecimento das capacidades do Poder Judiciário brasileiro na promoção de direitos humanos, proteção dos direitos socioambientais e fortalecimento do acesso à Justiça, com foco no atendimento das necessidades de populações estruturalmente vulnerabilizadas, sistematizando, assim, os alicerces ambiental, social e de governança da Agenda 2030 no Poder Judiciário.

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA SECRETARIA GERAL

Pontos focais na SG:

Juíza Auxiliar Karen Luise e assessora Natália Dino

Projeto estruturado em 8 Eixos:



1. Estratégia para desenvolvimento de política judiciária de promoção de direitos humanos com foco na garantia do **pleno acesso à Justiça** desenvolvida e fortalecida;
2. Estratégia de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional com foco na garantia de direitos de **crianças e adolescentes em situação de abrigo ou vulnerabilidade** desenvolvida e fortalecida;
3. Estratégia de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional com foco na garantia de direitos de **mulheres e pessoas LGBTQIA+**, mediante **abordagem interseccional das questões de gênero, raça e classe e outras vulnerabilidades específicas** desenvolvida e fortalecida;

Cooperação Técnica Internacional com PNUD - Direitos Humanos - BRA/23/027

Desenvolvimento de medidas disruptivas, novas metodologias e ações piloto, da realização de diagnósticos, da mobilização de estratégias técnicas, de capacitação, dentre outras, para atender as necessidades de crianças e adolescentes em situação de abrigo, mulheres, pessoas LGBTQIA+, populações indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, pessoas em situação de rua, idosos e pessoas com deficiência (PCD), famílias de pessoas desaparecidas, bem como aqueles grupos sociais vulnerabilizados por questões socioambientais.

CNU COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS SECRETARIA GERAL

Ministério da Saúde



4. Metodologia e ações piloto de fortalecimento da prestação jurisdicional na garantia de direitos e do acesso à justiça por **pessoas em situação de rua** planejadas e concretizadas;
5. Metodologia e ações piloto para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional na **matéria socioambiental** planejadas e concretizadas;
6. Estratégia de aperfeiçoamento da atuação do Poder Judiciário em casos relacionados aos **desaparecimentos involuntários e forçados de pessoas** desenvolvida;
7. Estratégia de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional com foco no **combate ao racismo** nas instâncias judiciais desenvolvida e fortalecida;
8. Gestão do conhecimento, aperfeiçoamento de **fluxos e rotinas procedimentais e transferência de conhecimento** para a execução da metodologia do projeto realizadas.

Por fim, discorreu sobre o "Mapa Nacional do Tribunal do Júri". Noticiou que está agendado um evento de lançamento do mapa para os dias 13 e 14 de março. No primeiro dia, o objetivo é alinhar a teoria com a prática, enquanto no segundo dia estão planejadas oficinas para aplicar soluções customizadas em colaboração com os tribunais.

Mapa Nacional do Tribunal do Júri

Projeto "Mapa Nacional do Tribunal do Júri"

Objeto: identificação, por meio dos dados do Painel "Justiça em Números", dos gargalos específicos e, posteriormente, as questões a eles relacionadas que geram a morosidade e o acúmulo de processos de competência do Tribunal do Júri. Resultados a serem entregues: soluções colaborativas e customizadas para resolução desses problemas em parceria com os tribunais envolvidos.



Pontos focais na SG:

Juizes Paulo Marcos de Farias e Daniel Avelar



alinhamento estratégico:

Macrodesafio "Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal",

podendo contribuir também com o Macrodesafio "Agilidade e Produtividade na prestação Jurisdicional", previstos na Resolução CNJ n. 325/2020

3.4 Presidência

Sra. Leila Mascarenhas, Assessora-Chefe do Gabinete da Presidência, destacou a estratégia da gestão atual que visa fortalecer o órgão interna e externamente. Esclareceu que o Ministro Barroso tem pressa na convocação dos novos servidores e que, havendo segurança e orçamento, a compra do prédio é uma ação que tem seu apoio. Mencionou a necessidade de uma Presidência presente para fortalecimento do órgão e citou a Coordenadoria de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais (COPJ) que hoje está na Presidência. Em seguida, ela abordou as principais entregas de projetos e ações a serem realizadas até 2024.

PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES

Criação de um sistema de governança de Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas - PJNP

Aperfeiçoamento do SNMC – Serviço Nacional de Monitoramento de Conformidades dos Atos Normativos do CNJ

Realização de capacitação em Políticas Judiciárias

Realização das Reuniões de Acompanhamento de Políticas Judiciárias (RAP)

3.5 Departamento de Gestão Estratégica – DGE

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
1	Índice de Cumprimento das Metas Nacionais	75,0%	68,3%	91,1%
21	Índice de eficácia do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário	90,0%	93,3%	103,7%
26	Índice de melhorias implementadas em processos prioritários	100,0%	88,0%	88,0%
27	Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável	84,0%	72,0%	85,7%

Fabiana Andrade Gomes e Silva, Diretora do DGE, apresentou, inicialmente, os indicadores parcialmente cumpridos, 26 e 27. Sobre o indicador 27, explicou que alguns aspectos foram impactados pela questão orçamentária e pelo aumento da circulação de pessoas no prédio, o que motivou uma revisão para 2024. Quanto ao indicador 26, mencionou que foram identificados 41 processos a serem aprimorados em 2023. Na oportunidade, incentivou as unidades a proporem e implementarem melhorias nos processos. Na sequência, destacou que o DGE promove mensalmente o “Disseminando Boas Práticas” e finalizou abordando o indicador 1, noticiando que o valor apurado pode ser modificado após mensurar a meta 5.

3.6 Secretaria de Comunicação Social – SCS

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
28	Alcance nas Redes Sociais	2,0%	1,0%	50,0%
29	Alcance e Engajamento no Portal do CNJ	1,0%	0,6%	60,0%
30	Índice de Satisfação com a Comunicação Interna	74,0%	87,9%	118,7%

Taciana Giesel Cuadros, Secretária de Comunicação Social, apresentou os resultados de sua unidade e deu ênfase à necessidade de reformular os indicadores para melhor adequação à realidade das redes sociais e do portal. Assim, propôs a

existência de, somente, dois indicadores: um para a comunicação externa e outro para a comunicação interna. Citou, ainda, ações que estão sendo estruturadas para melhoria da comunicação interna. Dr. Gabriel questionou sobre o conceito de comunicação interna, ao que Taciana esclareceu que público interno é o corpo funcional do CNJ, muito embora a comunicação com juízes seja objeto de ação da SCS. Taciana procurou orientação sobre como propor a nova diretriz e Adilson esclareceu. Na sequência, Taciana explicou ao Dr. Fábio que existem diferentes formas para aferir como as pessoas interagem com as comunicações, citando curtidas, compartilhamentos e comentários. Esclareceu, ainda, que engajamento é a soma e a média desses fatores. Mencionou a dificuldade de conseguir métricas completas da rede “X”, devido ao valor cobrado para acessar a informação. Finalizou noticiando a contratação de um videomaker para revitalizar a conta do TikTok e alcançar diversos públicos.

3.7 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
31	Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas	15,0%	16,5%	110,0%
32	Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais	6,0%	9,3%	154,5%

Diego Albuquerque, chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, enfatizou que, em 2023, mais de 60 mil pessoas foram beneficiadas com os cursos oferecidos pelo CEAJUD. Pontuou que muito se deve aos cursos do Justiça 4.0, em parceria com o PNUD. No entanto, atualmente, enfrentam desafios técnicos na plataforma moodle, ambiente virtual de aprendizagem, para atender à crescente demanda. Em 2024, já registram mais de 5.500 pessoas inscritas e a tendência é que haja grande demanda neste ano também. Citou que estão trabalhando para melhorar o compartilhamento dos cursos no Poder Judiciário.

3.8 Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
4	Índice de realização de pesquisas e painéis	90,0%	100,0%	111,1%
7	Indicador de nível de consistência médio dos tribunais no painel de qualificação do DataJud	65,0%	79,7%	122,6%
10	Índice de divulgação das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário	100,0%	100,0%	100,0%

Igor Tadeu Silva Vianna Stemler, Diretor técnico do Departamento de Pesquisas Judiciárias, apresentou o desempenho do indicador 4, que incluiu 11 pesquisas e um painel e enfatizou que, das pesquisas realizadas, sete foram publicadas na base de dados abertos, enquanto as outras quatro continham dados sensíveis. Quanto ao indicador 7, informou que houve um grande trabalho de saneamento na base do DATAJUD. Acrescentou que, atualmente, mais de 300 milhões de processos foram registrados, dos quais 250 milhões já foram completamente saneados. Noticiou que, em 2023, foi lançado o sistema de consulta processual que possibilita verificar envio e situação mapeada do processo. Além disso, destacou a realização de um webinar que contou com a participação dos tribunais.

3.9 Coordenadoria de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais – COPJ

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
5	Índice de monitoramento de indicadores de políticas judiciárias nacionais	50,0%	43,8%	87,6%
6	Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais	40,0%	53,1%	132,8%

Marina Brazil Bonani, Coordenadora de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais, destacou que o progresso é atribuído às diversas atividades executadas. Entre essas atividades, incluem-se a realização da campanha da gestão de política judiciária; a criação da página dedicada às políticas no portal do CNJ; a elaboração da Instrução Normativa 97, que estabelece diretrizes sobre a gestão de Políticas Judiciárias do CNJ, publicada em setembro; bem como a elaboração e divulgação da segunda edição do guia de gestão de Políticas Judiciárias. Acrescentou que não há planos imediatos para alterar as metas. No entanto, informou que serão implementadas outras atividades e que, no final do ano, será realizada uma análise mais detalhada, com a proposição de metas viáveis e desafiadoras com base nos resultados obtidos em 2024.

3.10 Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
37	Índice de Publicações das Informações Orçamentárias dos Tribunais	94,0%	100,0%	106,4%

Daniel Gerheim Souza Dias, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário, mencionou que se trata de um indicador de publicações de transparência que são exigências de resoluções do CNJ, LRF e que, portanto, é natural que esteja sempre perto dos 100%. Informou que é um indicador estabilizado e que não têm registrado dificuldade em obter informações.

3.11 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
14	Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania	100,0%	90,0%	90,0%

Dr. Gabriel Matos aproveitou a oportunidade para ressaltar a importância de se fazer registro dos projetos do DMF no Escritório Corporativo de Projetos (ECP). Renata Chiarinelli Laurino, Diretora Executiva do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, informou que está em contato com a unidade e que uma reunião será agendada para alinhamento. Sobre o indicador 14 informou que é composto por categorias dentre elas: porta de entrada do sistema prisional, porta de saída do sistema prisional, socioeducativo e fortalecimento dos GMFs. Na sequência informou: fortalecimento das audiências de custódia e monitoração eletrônica; fomento à iniciativa de promoção a trabalho e renda no sistema prisional e para pessoas egressas; fortalecimento de iniciativas de cidadania; ciclos de capacitação no SEEU; sobre a identificação civil e emissão de documentação para pessoas privadas de liberdade houve finalização da implantação da metodologia desenvolvida pelo DMF em todos os tribunais; no tocante às ações do socioeducativo as metas foram dobradas; sobre o manual de fortalecimento e expansão dos GMFs foi elaborado o relatório final. Dr. Gabriel reforçou a relevância e o alcance do trabalho do DMF.

3.12 Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
15	Total de iniciativas compartilhadas	1.878	1.905	101,4%
16	Índice de satisfação dos usuários de TIC	89%	78,9%	88,6%
17	Evolução do Perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD	77,77	79,65	102,4%
18	Índice de serviços críticos com gestão de risco	50%	48,0%	96,0%

Leonardo Lemes Rosa, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação em substituição, abordou a necessidade de revisão do indicador 15 destacando que atualmente os resultados são baseados exclusivamente em iniciativas compartilhadas dentro do ConectJus, e que o próprio CNJ é responsável por compartilhar as ações dos outros tribunais, o que gera retrabalho. Em relação ao indicador 16, expressou o desejo de ajustes, pois dá a impressão de que se trata do

índice de satisfação de todos os usuários de TI que têm contato com o CNJ, quando na verdade é uma avaliação interna. Em 2023, apenas 52 pessoas responderam, em um universo de quase 80 mil chamados internos e externos. Dr. Gabriel observou que houve a mudança no foco do DTI, que inicialmente foi criado para o suporte interno do CNJ e posteriormente voltou-se mais para o exterior. Ele ressaltou também que as metas não devem ser vistas como uma dependência, mas sim como um incentivo para o cumprimento das atividades e que se deve manter o senso crítico para o cumprimento da missão. Leonardo destacou a importância da revisão, pois o indicador 16 só é medido uma vez por ano, dificultando o acompanhamento contínuo. Além disso, mencionou os indicadores 17 e 18.

3.13 Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral –DAGI

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
3	Quantidade de processos e projetos aprimorados ou implantados pela DAGI	12,00	15,33	127,8%

Daniele Smidt Frischknecht, Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral – DAGI, enfatizou a possibilidade de aprimoramento do indicador atual e destacou algumas das principais atividades concluídas, como a elaboração da política de governança e gestão de pessoas, a Portaria 89/2023, a criação e manutenção de três painéis (resultados dos indicadores das unidades de DG, comparação de preços de passagens aéreas e capacitações), a criação da Coordenadoria de Controle Interno e Gerenciamento de Riscos da DG, apoio às unidades da DG na gestão de projetos, propostas de alterações de vários normativos. Com isso, a meta foi superada, o que já era esperado. Daniele sugeriu a alteração para que o indicador passe a mensurar apenas as ações de inovação da DAGI.

3.14 Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
38	Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ	20,0%	19,9%	99,5%
39	Execução das despesas primárias do CNJ	97,0%	99,9%	103,0%

Eduardo Campos Gomes, Coordenador da Secretaria de Orçamento e Finanças detalhou os indicadores 38 e 39. Em relação ao indicador 39, ele destacou o desafio de evitar a concentração da execução dos pagamentos no final do exercício.

3.15 Secretaria de Administração – SAD

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
19	Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ	88,0%	88,0%	100,00%
20	Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração	88,0%	87,0%	98,90%

Bruno Cesar de Oliveira Lopes, Secretário de Administração, destacou, sobre o indicador 19, o projeto em andamento para a compra da sede atual, ressaltando o aumento da meta estabelecida para os indicadores no ano de 2022. Quanto ao indicador 20, enfatizou que a maior dificuldade reside na seção de transportes. Além disso, mencionou o crescimento dos serviços prestados pelo CNJ, o que impactou na diminuição da satisfação dos usuários internos. Aproveitou para pedir a colaboração de todos para que a SAD possa realizar um planejamento prévio para acordos de colaboração, colocando-se à disposição para coordenar o processo. Dr. Gabriel destacou que além dos fatores mencionados, houve um aumento na quantidade de juízes.

3.16 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
33	Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ	40,0%	39,4%	98,4%
34	Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ	50,0%	39,0%	78,0%
35	Avaliação das capacitações realizadas	74,0%	91,9%	124,2%
36	Satisfação quanto às ações de saúde e QVT	87,0%	93,4%	104,4%

Raquel Wanderley da Cunha Chaussê, Secretária de Gestão de Pessoas, destacou o desempenho dos indicadores. Informou, ainda, sobre o diagnóstico que identificou a situação de cansaço dos gestores. Diante disso, acrescentou, que 2024 é considerado um ano crucial para o CNJ, haja vista a realização do concurso. Informou que a meta é acolher os gestores, fornecendo-lhes ferramentas de gestão adequadas. Uma dessas ferramentas é o painel de gestão de pessoas do CNJ, ilustrado abaixo, cuja base é atualizada de hora em hora. Raquel apresentou o painel e informou que estará disponível a partir do dia 26/02/2023 na intranet. Adicionou que uma das preocupações centrais é a capacitação dos gestores, que enfrentam dificuldades de tempo. Para abordar essa questão, serão oferecidas capacitações em diversos formatos. Encerrou abordando a importância do significado do trabalho, destacando o compromisso da SGP em buscar o equilíbrio na qualidade de vida no trabalho. Para tanto, está prevista a realização de um evento no CNJ que envolverá as famílias dos colaboradores.



3.17 Corregedoria Nacional de Justiça – CN

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
2	Índice de execução do plano de acompanhamento das unidades judiciais	100%	100,0%	100,0%
11	Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correições	100%	200,0%	200,0%
12	Índice de Execução do Plano de Inspeções	100%	100,0%	100,0%
13	Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais	100%	70,5%	70,5%

Priscilla Valeria Gianini Santos, Assessora da Corregedoria Nacional de Justiça, ressaltou que, embora o indicador 2 apresente um bom desempenho, é crucial que a meta seja alcançável, porém desafiadora, por isso querem propor alteração. Quanto ao indicador 13, informou que são ações que remontam à gestão da Ministra Maria Tereza. Durante a gestão do ministro Salomão, foi observado que algumas dessas ações não justificam sua continuidade.

3.18 Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos – CSAC

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
40	Índice de implementação das Iniciativas que Promovam a Política de Soluções Adequadas de Conflitos	100,0%	100,0%	100,0%

Pedro Maurmo, Assessor da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos, abordou o indicador 40, destacando que se trata de ações que ocorrem ao longo de todo o ano, com a meta principal sendo a "Semana Nacional de Conciliação" e o "Prêmio Conciliar é Legal". Observou que, a cada ano, as soluções adequadas de conflito têm ganhado mais força. Quanto ao prêmio "Conciliar é Legal" lembrou que representa um momento de engajamento da sociedade civil com projetos que contribuem para as boas práticas e a produtividade, embora tenha menos engajamento. Além do indicador, Pedro trouxe à tona outras questões, como a necessidade de maior publicidade, aumento das demandas de cursos, diagnóstico mais robusto de CEJUSCs. Dr. Fábio citou uma preocupação levantada por uma servidora sobre a revisão das questões relacionadas ao prêmio de conciliação e ao

funcionamento da Semana Nacional de Conciliação, indagando se essa também é uma preocupação de Pedro, o qual explicou que a Semana Nacional de Conciliação tem um bom engajamento, quanto ao prêmio, ele concorda que ajustes podem ser feitos para aprimorá-lo, mas pontuou que outros eixos podem ser desenvolvidos no âmbito da comissão.

3.19 Ouvidoria – OUV

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
8	Atendimento da Ouvidoria	93,0%	98,9%	106,3%
9	Satisfação com o atendimento da ouvidoria	74,0%	67,5%	91,3%

Ronaldo Araújo Pedron, Chefe de Gabinete da Ouvidoria, discorreu sobre os indicadores, começando pelo 8, que é quantitativo e diz respeito ao tempo de resposta para iniciar o tratamento. Esclareceu que o desdobramento possível desse indicador seria para as unidades do CNJ. Quanto ao indicador 9, informou que se trata da satisfação e as dimensões são: clareza de resposta, tempo de resposta, satisfação com o atendimento e satisfação com a resposta ao pedido. Ronaldo fez uma conexão da ouvidoria com o "Pacto pela Linguagem Simples" e reforçou que já indicou a necessidade de capacitação nesse sentido. Pediu para que a ouvidoria possa contribuir e usufruir das discussões realizadas. Outra questão abordada foi a ouvidoria da mulher, que lida com relatos complexos. Eles apresentarão os casos, e atualmente as mulheres, na demanda, já fazem referências diretas a protocolos com perspectiva de gênero. Quando questionado, por Dr. Fábio, se também são acionados em denúncias de assédio, Ronaldo respondeu que, embora não tenham o monopólio, orientam para encaminhamentos.

3.20 Secretaria de Auditoria – SAU

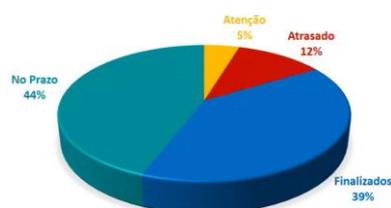
Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
22	Índice de evolução da maturidade dos processos de auditoria	70,0%	70,1%	100,2%
23	Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria e consultoria	90,0%	85,0%	94,4%
24	Índice de adesão às ações coordenadas de Auditoria	98,0%	100,0%	102,0%
25	Índice de qualidade dos resultados das ações coordenadas de auditoria	90,0%	79,9%	88,8%

Lino Comelli Junior, Assessor-Chefe da Secretaria de Auditoria, explicou que o indicador 22 tem avaliações semestrais e que o valor apresentado na última RAE se mantém. Sobre o indicador 23, informou que desde a última RAE não foi realizada avaliação de qualidade e não foi finalizada uma ação de auditoria no período. Quanto ao indicador 24, noticiou que está previsto o lançamento da ação coordenada de Auditoria para o mês de abril, referente à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina. Em relação ao indicador 25, embora o relatório ainda não tenha sido entregue, encontra-se na fase final.

3.21 Escritório Corporativo de Projetos Institucionais – ECP

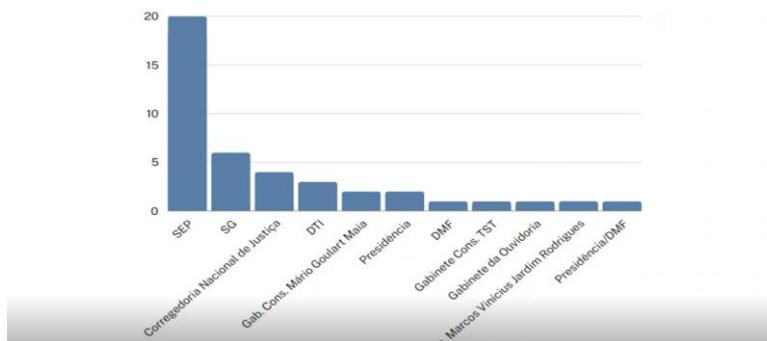


Panorama 2023





Resolução n° 320/2020	1
Diretrizes Estratégicas da Corregedorias para o ano de 2023, mais especificamente a DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2: "Desenvolver protocolos institucionais entre os Tribunais e as serventias extrajudiciais, com o objetivo de otimizar e documentar as medidas de desjudicialização e desburocratização, inserindo nesse contexto práticas concernentes aos meios consensuais de solução de conflitos."	1
Resolução 335 /2020 Justiça 4.0	24
Resolução 351/2020 - Política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, assédio sexual e da discriminação.	1
Resolução 401/2021 - Diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.	1
Resolução 458/2022 do CNJ e Resolução 335 /2020 Justiça 4.0	1
Resolução 460/2022	1
Resolução n. 76/2019	1
Resolução Nº 125/2010 - Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário	1
Resolução nº 192, de 08/05/2014 - Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.	1
Sem política relacionada	10



2024

- Portal de Serviços do Poder Judiciário *
- Subprograma automação e execução fiscal *
- Precedentes *
- Jusprec – Precatórios *
- SNA *
- Segurança Cibernética *
- Programa Nacional de Promoção da Equidade Racial – 2ª fase
- Justiça Itinerante na Amazônia Legal – Edição 2024
- Mapa Nacional do Juri
- FAC Nacional (Folha de antecedentes Criminais)
- Polícia Judiciária amiga dos autistas
- Sistema de acompanhamento de normativos

Cristina de Oliveira Winclker, Coordenadora do Escritório Corporativo de Projetos Institucionais, iniciou a apresentação destacando o panorama de 2023. Em seguida, detalhou o panorama por Objetivo Estratégico e por Macrodesafios, informando que a partir de 2024 será disponibilizada a quantidade de objetivos estratégicos e macrodesafios impulsionados pelo projeto. Posteriormente, apresentou o panorama por Políticas Judiciárias e por patrocinadores. Durante a apresentação, Dr. Gabriel reforçou a necessidade de conter informações do DMF. Após essa observação, foi apresentada a lista de projetos concluídos e, a seguir, foram detalhados alguns projetos: Programa Nacional de Promoção da Equidade Racial no Poder Judiciário (79% de realização); Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões V. 3.0 – fase 1 (já concluída); Domicílio Judicial Eletrônico (90% de conclusão). Além disso, foram mencionados dois projetos de capacitações: Aperfeiçoamento Funcional em Temáticas Prioritárias (99% concluído) e Capacitação técnica para desenvolvedores nas tecnologias da PDPJ (30% concluído). Foram apresentados os projetos para 2024, e citou projetos do ECP como o Workshop para gestão de projetos, o Painel de Benefícios, o acompanhamento aprimorado dos programas e a realização de uma reunião de projetos com as coordenações para alinhar os projetos institucionais do CNJ. Dr. Gabriel ressaltou a importância de alinhamento entre as unidades e a prestação de contas. Solicitou a participação da auditoria, da Governança e da SEP para formalizar essa ação.

4. Considerações Finais

Dr. Fábio César expressou sua gratidão pela colaboração de todos, destacando que esta é uma oportunidade não apenas para planejar, mas também para coordenar e desejou um bom ano a todos encerrando a reunião.